

Direito Tributário

Página 441

INCLUSÃO DE QUESTÕES

1. FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado. Uma ação de execução fiscal foi movida pela União em face de João para cobrança de crédito tributário referente ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Física (IRPF) dos exercícios de 2019 e 2020, conforme Certidão de Dívida Ativa (CDA) regularmente juntada. Na mesma data em que recebeu a citação enviada pelo correio com aviso de recepção, o executado entrou em contato com seu advogado, constituindo-o para defender os seus interesses. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) A citação é inválida, pois deveria ter sido realizada exclusivamente por oficial de justiça ou por edital.

B) Ao ser citado, João terá 5 dias para apresentar a sua contestação.

C) Citado, João poderá, dentro do prazo legal, pagar a dívida com os acréscimos devidos ou garantir a execução.

D) No prazo de 30 dias contados da citação, João poderá oferecer embargos à execução.

Gabarito: C

Comentários: Trata-se da aplicação do art. 8º da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal) que estabelece que: “O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas” (grifo nosso).

2. FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado. Em 10 de maio de 2020, a sociedade empresária ABC Ltda. sofre fiscalização federal e, ao final, é autuada em R\$ 100.000,00, além de multa e respectivos encargos, a título de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) devido referente ao exercício de 2019, por omissão do envio mensal das informações fiscais em DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais -, bem como por falta de pagamento daquele imposto. Em 20 de junho de 2020, a empresa recebe notificação de pagamento no prazo de 30 dias. Você, como advogado(a) da sociedade empresária, é chamado(a) para defender os interesses da empresa nesse processo no mesmo dia da notificação, pretendendo adotar providências logo no dia seguinte e refletindo sobre a possibilidade de adotar o mecanismo da denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional (CTN). Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) Poderá ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, já que ainda não foi ajuizada a ação de execução fiscal.

B) Poderá ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, já que ainda se está dentro do prazo de pagamento.

C) Não poderá mais ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

D) Não poderá mais ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, pois o limite legal para adoção deste benefício é de 40 salários mínimos.

Gabarito: C

Comentários: A denúncia espontânea acontece quando o contribuinte confessa que cometeu uma infração à legislação tributária, acompanhada do pagamento do tributo, juros de mora e correção monetária ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração. A realização da denúncia espontânea, de forma tempestiva, tem o condão de excluir a multa decorrente da infração. Assim, para que o contribuinte tenha a dispensa da obrigação de pagar a multa, é preciso que a denúncia seja espontânea, deve ser apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, após, não é mais possível, nos termos do art. 138, parágrafo único, do CTN.

3. FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado. O Município Beta, após realizar uma grande obra pública de recuperação, ampliação e melhoramentos da praça central do bairro Gama, custeada com recursos próprios, no valor de quinhentos mil reais, e que promoveu uma valorização dos imóveis apenas nesse bairro, decidiu cobrar uma contribuição de melhoria. O referido tributo, instituído mediante lei ordinária específica, foi cobrado de todos os 5 mil proprietários de imóveis privados daquela cidade, em um valor fixo de 200 reais para cada um. José, advogado e morador do bairro Delta, bastante distante do bairro Gama, se insurge contra a referida contribuição de melhoria. Diante desse cenário, a referida contribuição de melhoria

A) foi corretamente instituída, pois decorre de previsão legal específica, tendo como fato gerador a obra pública realizada.

B) foi corretamente instituída, pois respeitou o princípio da igualdade tributária ao adotar o mesmo valor para todos os contribuintes da cidade.

C) foi incorretamente instituída, por ter atingido imóveis que não se valorizaram por decorrência da obra pública e por ter cobrado valor cujo somatório é superior ao custeio da obra.

D) foi incorretamente instituída, pois só pode ser cobrada nos casos em que a obra pública seja exclusivamente para abertura, alargamento, pavimentação ou iluminação de vias públicas.

Gabarito: C

Comentários: A contribuição de melhoria é espécie de tributo cujo fato gerador consiste na realização de uma obra pública que gere valorização imobiliária. É preciso que em razão da obra, os imóveis que foram por ela beneficiados, aumentem de valor. Não pode o tributo ser cobrado de proprietários de imóveis que não tiveram valorização imobiliária e, muito menos, receber o ente federado, a título do tributo, um valor superior ao custo da obra pública (limite individual: acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel).

4. FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado. A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou, em 2022, auto de infração de um milhão de reais em face da sociedade empresária Maçã Ltda. por não ter recolhido o Imposto de Importação (II) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) referentes ao ano de 2021, incidentes sobre a comercialização de livros eletrônicos (ebooks) por ela importados e comercializados no país. O departamento jurídico da sociedade

atuada contrata você, como advogado(a), para emitir parecer para fundamentar sua defesa. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) O II e a CSLL são indevidos, pois os livros eletrônicos (e-books) se enquadram na imunidade tributária dos livros.

B) Apenas o II é indevido, pois os livros eletrônicos (e-books) se enquadram na imunidade tributária dos livros.

C) Apenas a CSLL é indevida, pois os livros eletrônicos (e-books) se enquadram na imunidade tributária dos livros.

D) O II e a CSLL são devidos, pois os livros eletrônicos (e-books) não se enquadram na imunidade tributária dos livros.

Gabarito: B

Comentários: Trata-se da aplicação da imunidade genérica, prevista no art. 150, VI, *d*, da CF, chamada de imunidade de imprensa ou cultural, que impede aos entes federados instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão. Esta imunidade não abarca outras espécies de tributos, apenas impostos, por isso, não há incidência do Imposto de Importação (II), mas há da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). A Súmula Vinculante nº 57: “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, *d*, da CF aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.”, estendeu a imunidade de impostos também aos livros eletrônicos.

5. FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado. A Assembleia Legislativa do Estado Beta irá votar, em 2022, um projeto de lei ordinária para a criação de sua própria contribuição social previdenciária, para custeio do regime próprio de previdência social estadual, a ser cobrada dos seus servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas. Antes, porém, submete o referido projeto de lei ordinária para análise da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa Legislativa, para emissão de parecer sobre a constitucionalidade daquele tributo. Diante desse cenário, a referida contribuição social previdenciária

A) poderia ser criada por lei ordinária e ser cobrada de servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

B) poderia ser criada por lei ordinária, mas só poderia ser cobrada de servidores ativos.

C) não poderia ser criada por lei ordinária, mas poderia ser cobrada de servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

D) não poderia ser criada por lei ordinária e só poderia ser cobrada de servidores ativos.

Gabarito: A

Comentários: A possibilidade da criação da contribuição social previdenciária pelo Estado Beta decorre do art. 149, § 1º, da CF, e a instituição pode ocorrer por lei ordinária.